



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUD I
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

TACIANO VIEIRA VELOSO

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NO BRASIL DURANTE O
PERÍODO MILITAR ATÉ OS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E
MÉTODOS NA VISÃO DE SELVA GUIMARÃES E CIRCE BITTERCOURT.**

CAMPINA GRANDE – PB
MAIO – 2012

TACIANO VIEIRA VELOSO

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO MILITAR ATÉ OS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E MÉTODOS NA VISÃO DE SELVA GUIMARÃES E CIRCE BITTERCOURT.

Trabalho Acadêmico Orientado apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História, elaborado sob orientação do Prof. ° Ms. Matusalém Alves de Oliveira.

**CAMPINA GRANDE – PB
2012**

V437f

Veloso, Taciano Vieira.

A formação do professor de história no Brasil durante o período militar até os dias atuais [manuscrito]: uma análise das práticas e métodos na visão de Selva Guimarães e Circe Bittercourt./Taciano Vieira Veloso. – 2012.

37f.: il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Me. Matusalém Alves de Oliveira, Departamento de História”.

1. Práticas Docentes 2 Práticas Educativas 3. Métodos de Ensino 4. Redemocratização do País I. Título.

21. ed. CDD 370.71


TACIANO VIEIRA VELOSO

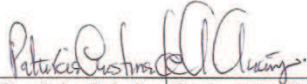
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO MILITAR ATÉ OS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E MÉTODOS NA VISÃO DE SELVA GUIMARÃES E CIRCE BITTERCOURT.


Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção da Graduação em Licenciatura Plena em História.

Aprovada em 21/06/2012.

BANCA EXAMINADORA


Professor Ms. Matusalém Alves de Oliveira (UEPB)
(Orientador)


Professora Dra. Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)
(Examinadora)


Professora Ms. Maria de Lourdes Lôpo Ramos (UEPB)
(Examinadora)

Ao meu pai eterno Jesus Cristo e minha família

AGRADECIMENTOS

Primeiramente dou graças ao bom Deus por concluir o curso de Licenciatura em História. A promessa de Deus se cumpre na minha vida, e o tempo determinado pelo Pai Eterno se cumprir. O processo de abertura das portas do mercado de trabalho me surpreende a cada momento.

Agradeço com infinita gratidão aos meus pais James Marcos Veloso e Vera Lúcia, Ao meu Pai mesmo estando debilitado, ocasionado por um AVC, encontra-se satisfeito por essa conquista. Á minha Mãe com toda dedicação aos cuidados pela saúde do meu Pai, sempre tem um momento de atenção aos filhos e netos, e torcendo pela vitórias dos filhos, nos seus momentos de fraqueza. Exemplo de fortaleza. Amo muito vocês.

A minha adorada esposa, Cristiele, que juntos conquistamos e superamos as barreiras encontradas pela vida, muitos que nos deixaram tristes, mas nos quais encontramos respostas para o nosso melhor. Amo-te!

Ao meu presente Divino minha filha, Lara Mayne, que ainda criança sabe da importância dos estudo e Seu sorriso me ensinou como Pai, querer sempre tentar realizar sempre o melhor para a nossa família.

A minha avó, as minhas tias e parentes próximo que desejam sempre as melhores conquistas para mim.

A equipe da Coordenação do Curso de Licenciatura em História, A querida Socorro pela atenção e pelos votos de incentivo. Deus lhe abençoe sempre!

Ao professor orientador Matusalém de Oliveira, um pessoa de uma índole indescritível, sua simpatia é um dom perfeito. Grande homem que me incentivou e colaborou para elaboração desse projeto engrandecedor.

As professoras da banca examinadora, Patrícia Cristina, obrigado pelos diálogos sobre a importância da profissão professor, Á querida Maria de Lourdes, a Babi, me referencial na minha vida profissional, Lembro-me das aulas as quais não tinha muita simpatia, com estudos de História e das Práticas Pedagógicas, mas foi graças ao seu ponto de

vista, das leituras de história e dos métodos e práticas, que a vejo como peça fundamental para construção do meu saber, e da forma de colocar em prática em sala de aula a cada momento onde vivenciamos como professores a falta de leitura dos alunos das escolas de ensino fundamental e médio nos dias de hoje. Fazer com eles gostem da leitura, é um trabalho arduo mais muito gratificador, a leitura é uma necessidade de qualquer ser humano e os poucos que tem acesso e aquelas que não tem é um choque cultural. À professora Babi que insistia bravamente nas construções da leitura e criações de textos durante suas aulas. Obrigado!

Agradeço também as pessoas que utilizam esse projeto como fonte de pesquisa, A Deus e a todos vocês.

Feliz é aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina
Cora Coralina

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da construção do profissional professor de História na visão das historiadoras Selva Guimarães e Circe Bittencourt. O desenvolvimento do trabalho vai mostrar como a disciplina História perdeu seu espaço durante a ditadura militar pós-64, onde os interesses do governo era ter uma disciplina formadora de conceitos civis e patrióticos e retirando da disciplina História sua importância e impondo os Estudos Sociais. Conseqüentemente a carga disciplinar de História sai da grade curricular das escolas primária e ginasiais nas décadas de 60 e 70 e meados dos anos 80. Com o processo de democratização melhorias na sociedade e na educação estavam na pauta de reivindicações, bem como o valor do professor de História. Com isso a aprovação de Leis Constitucionais e reformas da base da educação reacenderam a volta da disciplina História como autônoma e por conseqüente a autonomia dos professores por melhoras nas esferas escolares e na sociedade. O professor ganhou força na elaboração dos currículos e com avanços tecnológicos televisivo, imprenso e virtual impulsionou as reformas necessária da disciplina História no século XXI.

Palavras-chave: Professor; História; Métodos; Práticas, Redemocratização do país.

ABSTRACT

This study aims to analyze the construction of the professional teacher of history, with the vision of renowned historians, Jungle Guimarães and Circe Bittencourt. The development work will show how the discipline has lost its space history during the post-64 military dictatorship, where the interests of the government was to have a discipline forming concepts and patriotic civilians, discipline history by taking a new discipline social studies, therefore the load leaves the disciplinary history curriculum of primary and junior high schools in the 60s and 70s and mid 80s, when it happens the democratization of the Brazilian people, improvements in society and education on the agenda were the values of claiming the teacher history, with the approval of this Constitutional Law and reform of basic education reignited back in history as an autonomous discipline and achievement of the autonomy of teachers per school and improvements in the spheres in society, the teacher gained momentum in the development of curricula and technological advances television, and virtual imprenso drove the reforms necessary discipline history in twenty-first century.

Keywords: Teacher, History, Methods, Practices.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I: A Formação do Professor de História.....	10
1.1 A construção de um Professor.....	10
1.2 As mudanças ocorridas na Licenciatura em História na década de 70 e 80.....	11
1.3 Estudos Sociais a nova disciplina.....	14
Capítulo II: A renovação da disciplina História nas escolas.....	21
2.1 A disciplina História nos anos 80.....	21
2.2 A mudança no currículo escolar.....	23
2.3 As práticas da disciplina escolar em ações pedagógicas.....	25
2.4 Superação dos métodos tradicionais por novos em História.....	27
2.5 A escola e o professor.....	29
2.6 As práticas pedagógicas do professor de História em sala de aula.....	30
2.7 A História à serviço da cidadania.....	32
Considerações Finais.....	35
Referências.....	37

INTRODUÇÃO

A profissão professor no século XXI nas escolas públicas e privadas no Brasil vive um processo contraditório, a baixa remuneração, a falta do reconhecimento da sociedade e do governo tem promovido uma desvalorização desse profissional. Foi se o tempo em que toda criança queria ser um professor tendo em vista o respeito que este recebia socialmente. Mas mesmo esse profissional da educação desde a alfabetização até a graduação todos passa pelo professor, será que esta classe não tem mais importância socialmente? Essa profissão perde o seu contexto histórico porque não existem mais investimentos na área da educação que assegurem a realização de um projeto governamental que nos beneficiem, com salários dignos que possamos trazer para sala de aula mais disposição para trabalhar o nosso ofício profissional.

A construção dessa profissão especificamente os professores de História é marcada por lutas as quais passam pela permanência da disciplina História durante o período militar, a partir do pós-64 e que só se concretizou em meados dos anos 80, com o processo de democratização do Brasil. Com o fim do regime militar os professores de História começaram a questionar a sua autonomia na escola, reivindicar a sua contextualização histórica, aspectos estes fundamentais. A disciplina História é considerada pelos professores que discutiram o papel do cidadão e seu exercício na sua cidadania como disciplina capaz de levar ao cidadão a pensar, questionar e avaliar todos os processos econômicos e sociais no mundo e nesse momento que a figura do professor de História entra na sua ação pedagógica com seus métodos de ensino atualizado com os avanços tecnológicos e os seus educando a pensar e o tornado um cidadão crítico, mas não revolucionista, um construtor de formador de opinião.

A profissão professor passou por períodos de modernização impostas por Leis Constitucionais que transformaram o currículo nas escolas e as suas práticas foram se adaptando a modernização do mundo, o fato de estudar História não é mais rever os fatos do passado, para ser base no presente e não cometer os mesmos erros no futuro, Estudar História e torna-se um professor que requer conhecimentos de vida para colocar em prática em sala de aula e mesmo com a falta de atenção governamental exercer sua profissão dignamente e se orgulhar de um dia ver seus educando na vida social como grandes vencedores.

Capítulo 1. Formação do Professor de História

1.1 A construção de um professor.

O momento de construção profissional-professor vem de um lugar comum e sua formação, de toda sua vida pessoal em diversos momentos e espaços socioeducativos. Mas para se qualificar como professor existe um processo de chegada do estudante que quer entrar no mundo acadêmico na área de humanas e este estudante pré-vestibulando ao optar pelo curso de História, para se formar como professor seque o percurso da licenciatura, antes, porém passa por um processo de avaliação pelo exame vestibular, e ao ser classificado para preencher as vagas oferecidas pelo curso ele ingressa na universidade e o seu objetivo é transformar a sua formação pessoal em profissional utilizando saberes históricos e pedagógicos que serão mobilizados na sua carreira acadêmica que passam a ser problematizados, e os seus métodos, incorporados na sua área profissional. A sua experiência de construção do saber em ser um aluno candidato para um professor está concretizado, basta agora aperfeiçoar os caminhos a seguir, é nesse momento que sua construção de identidade pessoal passa a ser direcionado ao mundo real do seu objetivo e de uma nova maneira que vai estar presente na sua futura profissão.

A proposta do curso de Licenciatura Plena é formar profissionais qualificados no período proposto pela resolução da universidade escolhida, no mínimo de quatro anos e máximo de seis anos para o turno diurno, e mínimo de cinco anos e máximo de sete anos para o curso noturno. Em geral, o curso de História prepara o docente para entidades públicas e privadas; ministrar aulas no magistério do ensino fundamental e médio, prestar assessoria a museus, editoras, produtoras de vídeo e TV, efetuarem pesquisas em universidades e entidades culturais, investigando e analisando acontecimentos dos passados, sem como os atuais. O campo de trabalho do profissional formado em História abrange outros setores, mas os formandos do curso de licenciatura exercem mesmo a profissão de professor nas escolas públicas e privadas no país.

O perfil do profissional para os graduados em Licenciatura Plena em História é ter um saber teórico e metodológico básico e fundamental e transformar os seus saberes históricos junto com outros saberes metodológicos de forma a permitir um desenvolvimento intelectual

crítico e construtivo na sua atuação, o profissional professor de História não está mais preso a uma prática antiga de ensino utilizada nas décadas passadas que os alunos aprendiam que a disciplina História era limitada a temas e vultos históricos do país e do mundo, atualmente a leitura feita pelo professor de História o torna capaz de levar a sua compreensão de variados temas da história para um pensamento crítico e construtivo e que possa servir para toda sociedade e exercer seu preparo para cidadania e sua qualificação para o trabalho.

1.2 As mudanças ocorridas na Licenciatura em História na década de 70 e 80.

A formação do professor de Licenciatura em História sofreu mudanças significativas no século XXI, nos anos 70 e 80, a educação no Brasil estava no processo político que proibia os alunos de exercer seu papel na cidadania, esse fato aconteceu através do golpe militar de 1964, em que Brasil viveu um regime militar autoritário, ocasionando perseguição aos educadores que á exemplo Paulo Freire, Anísio Teixeira entre outros que em função do posicionamento ideológicos, isto é, estes eram visto pelo regime como oposição do governo, muitos que atuavam na educação eram considerados antidemocráticos contra o regime militar, tendo este ocasionando prisões, exílios, recolhimento á vida privada, demitidos ou trocaram de função fora do eixo educacional.

A formação educacional para os cursos de Licenciatura em História no período político autoritário brasileiro limitava a ação desses profissionais. Foi instituído um plano de governo que favorecesse a política nacional, decretando o fim da disciplina História no ensino fundamental 1 e 2 e diminuindo a carga horária no ensino médio da disciplina. Um dos recursos utilizando foi à criação de um novo curso de licenciatura de graduados na nova disciplina Estudos Sociais, no período curto de dois anos para sua atuação nas escolas. Os conteúdos da nova disciplina estavam relacionados a interesses políticos no governo e vultos históricos brasileiros, o objetivo da disciplina era questionar e interpretar a importância histórica dessas novas fontes de informação para os novos alunos aprendizes, conseqüentemente desqualificando os professores de História e descaracterizando o interior da humanidade histórica dos fatos reais nos currículos escolares.

A escola seria apenas o lugar da transmissão, o livro didático a principal fonte historiográfica utilizada por professores e alunos, e nas universidades apenas exerciam as práticas e as várias leituras e interpretações voltadas apenas para o lugar social da escola de ensino fundamental e médio, utilizando só a importância das práticas e métodos de como ensinar história, as universidades não podiam ultrapassar os limites dos saberes históricos que estavam voltados apenas para o livro didático e fontes de pesquisas limitadas de conhecimentos, o uso da disciplina Estudos Sociais nas escolas era focado apenas para cidadania patriótica dos alunos na escola e na sociedade.

O período pós-64 fez com que a formação geral de conhecimentos históricos ao educando fosse negada, destruindo todo o currículo humano presente na educação, os professores e alunos estavam vivendo uma represália do poder presente no pós-64, onde o ideal do Conselho de Segurança Nacional era o de controlar e reprimir todas as opiniões e pensamentos existentes dos cidadãos, com intuito de eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência à ditadura militar instituído a partir do Ato Institucional nº5.

Durante o período do regime militar houve o processo de censura na imprensa, jornais, revistas, rádio e televisão contra tudo que fosse anunciado contra os governantes que estavam no poder, entre várias ações a área educacional foi reprimida em vários momentos também, mas o governo através dos seus representantes sabia que tinham que reestruturar a educação por isso ao invés de ir contra o setor educacional deram um repouso contra as críticas que surgiam nas esferas educacionais contra a ditadura. As diretrizes políticas do poder do Estado Autoritário que perceberam após uma série de mudanças no projeto educacional à necessidade de rever o que estava acontecendo nas escolas. O ensino de História teve uma atenção especial depois de tanta represália, lembrando que nesse período ditatorial militar todos os professores, estudantes ligados à disciplina de História eram considerados conhecedores da realidade política militar, isso era uma afronta aos políticos nesse período, esse grupo de pessoas contra a posição política poderiam gerar revoluções contra esse regime político militar, pois sabiam sobre os principais rumos que o Brasil passava nesse período pós-64, então todas as pessoas, assim como estudantes e professores com maior senso crítico passaram a sofrer perseguições do referido governo, mesmo assim não ficaram calados e a forma de reivindicar os direitos civis e democráticos durante esse período regime autoritário político era através de canções de protestos, produções cinematográficas e teatrais, nos

sindicatos dos trabalhadores e nas mobilizações estudantis e por isso houve uma intervenção direta em toda produção voltada á disciplina de História.

“No período histórico que compreende essas décadas, encontram-se as marcas do militarismo e da repressão á produção musical com exílios, atos institucionais etc.” (FONSECA, 2011, p. 194)

O movimento estudantil durante o período militar manifestava-se praticamente contra a ditadura de 1964 até a instituição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, mas também á política educacional na ditadura que estava voltada a uma tendência de valorização para à privatização no setor das escolas e universidades passariam a ter o ensino pago. O governo do então presidente Costa e Silva (1967-1969) foi marcado por protestos e manifestações sociais. A UNE (União Nacional dos Estudantes) foi responsável pela “Passeata dos Cem Mil” no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968. Durante a manifestação contra a imposição de o governo militar. Durante o processo de lutas sociais os governantes militares tinham um projeto de transformar o Brasil até então predominante agrário em um país industrializado, o objetivo do governo ligado a uma série de convênios entre o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), era implantar o modelo americano nas instituições acadêmicas através de uma grande reforma nas universidades e realizando o projeto técnico idealizado pelo governo de Costa e Silva, que era realizar as necessidades do governo em aumentar o grau de escolaridade da população de forma imediatista, aumentar à procura nas universidades e qualificando os estudantes para o mercado de trabalho, principalmente nas indústrias e transformar o Brasil num País industrializado e desenvolvido como o País estadunidense.



Figura - Passeata dos cem mil

As manifestações estudantis foram os meios mais democráticos e expressivos durante o período do regime militar, que lutavam contra as prisões, perseguições e arbitrariedades do governo contra principalmente as diretrizes do capitalismo americano. Essas manifestações ocorreram durante todo o ano de 1968 até 13 de Dezembro quando foi instituído AI-5 e todo contexto das manifestações sociais estudantis foram reprimidos. Essa reformulação foi gerada pela nova estrutura econômica e social que o Brasil estava seguindo uma nova postura econômica que passou a ser voltada pelo ideal de Segurança Nacional, respeitando a ordem pública e a hierarquia do regime militar que acreditava tornando o País mais qualificado para os cidadãos no mercado de trabalho nas indústrias de caráter urgente para suprir as necessidades da mão-de-obra para a indústria, a formação completa para essas pessoas demoraria muito mais tempo e a mudança no sistema do governo teria que ser imediata.

1.3 Estudos Sociais a nova disciplina.

Com as mudanças já em prática no final da década de 60 as estratégias do governo era controlar e subordinar a educação, os interesses políticos e econômicos mudariam o eixo da qualificação dos professores principalmente os da disciplina História. Através do decreto da Lei 547, 18 de abril de 1969, o governo de Costa e Silva autoriza a implantação do sistema

classificatória para entrada das universidades através do vestibular e instituiu a implantação dos cursos de licenciatura curta no período de dois anos.

Ao admitir e autorizar habilitações intermediárias em nível superior para atender às “carências e mercado”, o Estado revela ser desnecessária uma formação longa e sólida em determinadas áreas de formação profissional. (FONSECA, 2011, p. 19)

A formação do professor faz parte de um projeto educacional importante, onde a figura do professor é o elemento indispensável para a construção das pessoas, o professor domina todo um conjunto de saberes e a educação só é realizada através do seu trabalho que exige um planejamento e lhe dê autonomia acadêmica no setor educacional, mas os princípios de segurança nacional e desenvolvimento econômico político no final dos anos 60 impedia essa liberdade que se confrontava com a ditadura militar. O papel do Estado é tirar autonomia do professor e desqualificar seu pensamento crítico da área de humanas e tornar apenas um profissional voltado para interesse do governo.

A área da educação foi a mais atingida no regime militar, pois por ser uma área de humanidades que tornava as pessoas com senso crítico contrário ao governo, não seria admissível nesse período onde o alvo é o mercado de trabalho e gerar mais pessoas com certo grau de qualificação num curto espaço de tempo.

Os custos para o Estado era o mínimo possível, pois o mercado privado foi que mais investiu nos cursos de licenciatura curtas, tirando a responsabilidade do Governo Federal e assumindo a característica do modelo americano MEC/USAID, privatizando o ensino público mais voltado para o mercado de trabalho imediatista. A iniciativa privada foi beneficiada com esse sistema governamental, reestruturando o ensino superior, todas as estratégias do Governo era sempre um afronto aos professores, que não podia exercer sua cidadania suprimida pelo AI-5, que tirava todo o direito do cidadão de pensar e agir para uma sociedade brasileira.

Com a desvalorização do professor mediante a ação de diminuir a sua capacidade de pensar, o objetivo era torná-los meros proletários da educação, diante do processo de ensino e aprendizado, na medida em que investia mais no seu preparo para o seu exercício profissional a

figura do professor de História se torna limitado, incapaz de exercer o seu papel legitimador de impor sua capacidade de expor sua posição contras às condições políticas do período militar, foi tirado a sua capacidade de constatação, porque com a Lei 5692/71 as licenciaturas curtas vão tornar um profissional sem qualificação necessária para sua aula, mas as imposições governamentais não queriam saber se o professor de História teria que ter sua qualificação completa nos estudos do curso de dois anos, queria apenas que mostrasse aos seus alunos os seus interesses políticos governamentais favoráveis ao presidente e representantes do período militar.

Os cursos de licenciaturas curtas formaram uma grande quantidade de professores polivalentes, que estavam aptos para lecionar na fase das séries iniciais infantis, da primeira à quarta série, hoje ensino fundamental 1, que se estende da primeira à quinta série, no caso a disciplina Estudos Sociais estava voltado ao professor para ministrar aulas de História, Geografia e Educação Moral e Cívica, numa disciplina, transformando todo objetivo do campo do saber nas áreas humanas em campos de saber sem autonomia, sem nenhum sentido em transformar o saber em algo critico em que as pessoas pensassem e formarem um cidadão que exerça sua cidadania e democracia de forma livre, esse cidadão consciente não queria estar preso ao sistema político que deixasse fazer o que fosse melhor, para evitar represálias entre os estudantes, a construção nas escolas a partir das séries primárias tornou os novos estudantes sem direito de pensar e agir e aceitar o governo da ditadura militar pós-64.

Os cursos de Estudos Sociais foram implantados em todo território nacional através da Lei 5.692/71 e seu foco principal era programar todas as ações voltadas aos interesses militares, dentro desse contexto especificamente a educação. Algumas matérias tiveram atenção do regime militar onde seus objetivos era despertar nos estudantes o civismo educacional, o governo passa a ser o dominador dos conteúdos que vão ser lecionados em sala de aula, através de toda estrutura desde o uso do livro didático e como vai ser ensinado pelo professor.

O decreto da Lei 869, de 12 de dezembro de 1969, foi instituído pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que juntos governavam o Brasil, argumentava os conceitos em caráter obrigatório como disciplina e prática educativa a Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus e modalidades de todos os sistemas de ensino no País, e com várias finalidades para ser imposto nas escolas como o princípio de democracia, culto á

Pátria, a todos os símbolos nacionais, de sermos obedientes á Leis governamentais e tudo que se relacionava com bases filosóficas que tinha como ponto de vista a formação da consciência cívica dos alunos principalmente nas escolas. Então amparado com AI-5 de 1968 á disciplina Educação Moral e Cívica tinha interesse nacionalista dos militares chefiados pelo presidente, o governo desqualificava cada vez mais o professor, o que seria ensinado fazia parte da exacerbação do governo como conceitos de nação, pátria, integração nacional, tradição, leis, trabalho e heróis do Brasil. A disciplina que surge Organização Social Política do Brasil passa a caminhar junto com a disciplina Educação Moral e Cívica, deixando de lado as disciplinas de História e Geografia que diminuía cada vez mais de importância na grade curricular da escola e abrindo passagem maior em carga horária para as duas disciplinas que seriam obrigatórias ao ensino primário e ginásial na década de 70 e metade da década de 80, a prática educativa que institucionalizou essas disciplinas em Estudos Sociais.

A disciplina História passou a ser vinculada aos Estudos Sociais, o professor de História leciona a sua disciplina de forma específica para os Estudos Sociais, mas voltado totalmente para as práticas de civismo em atividades extraclasse, que passariam a ser instituídas pelas escolas e garantir ao alunado a ordem e a moral nas disciplinas e na prática educativa. Todos os atos cívicos no Brasil seria agora, no cotidiano escolar das crianças e jovens, á cultivar aos símbolos e os heróis nacionais, com a exaltação aos hinos do Brasil, hino á bandeira, a importância do sete de setembro e a conquista do campeonato mundial da copa de 70. Em 1971 o decreto da Lei 5.700, que contém 45 artigos informa como deve ser utilizado os símbolos nacionais e observar como deveriam ser utilizados esses símbolos, porque quem desrespeitasse a legislação sofreria várias penalidades passando nesse momento, no âmbito escolar a confundir os conteúdos da disciplina História com os da disciplina Estudos Sociais entre a 1º a 4º série primária, incluindo os conteúdos dos livros didáticos focados nos atos de civismo brasileiro.

A partir da mudança já imposta em prática à educação nacional modificou todo seu currículo na disciplina História. O Estado passaria a controlar e observar todos os movimentos estudantis e enquadrá-lo no processo de moral e civismo, fazendo perder toda autonomia dos estudantes que agora são afrontados por práticas nacionalistas que fazem ter amor á pátria acima de tudo. Todos os centros acadêmicos e escolares teriam uma pessoa do Estado preparada para controlar todas essas situações impostas pelo governo. O objetivo de suprir os

conceitos de moral, liberdade e democracia foi subestimado pelo civismo da década de 70, as disciplinas História e Geografia mesmo aliadas no processo de se enquadrar nos Estudos Sociais não foi nada fácil, além das duas disciplinas serem totalmente diferentes, mas as duas foram alvos de descontextualizar a sua importância impedido de serem capazes de transformar um cidadão em um cidadão crítico.

Em 1971 o processo de desqualificar o professor de História estava em ritmo acelerado, mas a implantação de novas disciplinas gerou certa resistência na elaboração da disciplina Educação Moral Cívica (EMC) e o erro não seria do Estado, mas sim dos diretores e os professores que não estavam preparados para levar a frente esse projeto do governo militar, e os professores ainda estavam despreparados para atuar nessa disciplina, pois os primeiros formados nos cursos de licenciatura curtam ainda não tinham concluído a primeira turma e o mercado de trabalho teve que adaptar-se para ministrar a disciplina EMC com os licenciados em Ciências Humanas entre eles os professores de Filosofia, Pedagogia, Ciências Sociais, Geografia, licenciados em História e caberia aos diretores escolares serem responsáveis para nomear e coordenar as atividades que seriam ligados a Educação Moral e Cívica, a Lei 5.692/71 no artigo 7º institui por tempo indeterminado as práticas de EMC e Estudos Sociais nas escolas de primeiro grau e segundo grau, atualmente ensino fundamental e ensino médio. As disciplinas História e Geografia têm suas cargas horárias diminuídas e no caso de História o objetivo era de não passar a totalidade do conhecimento histórico de todos os fatos ocorridos, a função da disciplina Estudos Sociais estava voltado para realizar, sim, a interpretação dos fatos, mas sem questionar e refletir sobre qualquer tema que ligasse ao um conceito crítico em relação à disciplina.

O ensino de História durante os anos 70 tinha capacidade segundo os pensadores da época de manipular dados históricos na correlação de forças e capaz de intervir diretamente na sociedade, de que maneira? Utilizando o meio de trabalho com o uso da memória coletiva, compartilhar memórias garantia o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada, não só presente no campo histórico, mas no campo simbólico, quem faziam esse procedimento eram os profissionais professores da disciplina História que lutavam para a permanência da disciplina História de forma obrigatória continua e não como o governo determinasse, ou seja, uma disciplina autônoma sem o controle do governo militar autoritário.

A disciplina História teve uma atenção no período militar durante o governo de Médici que editou uma “convenção sobre o ensino de história no regime militar” através da Lei nº65.814/69, apenas para revisão nos livros didáticos e história. Para que? Para ter como referência de valores de nacionalidade americana, as Organizações dos Estados Americanos (OEA), tinha como objetivo depurar os livros brasileiros de história, em todo período colegial até as universidades, os conteúdos históricos passariam a ter repetidas revisões para revigorar uma noção aos estudantes de nação americana com ideais de oferecer uma aproximação exata da riqueza e da capacidade das Repúblicas Americanas, a essência desse decreto era inserir nos livros didáticos de história em todas as séries um conceito que as pessoas que fossem ler os artigos norte-americanos não causassem revoltas e sim respeito sobre a nação estadunidense, o propósito mesmo era valorizar a hegemonia americana na América e no mundo, e para o contexto histórico do Brasil a nação americana se fez presente em inúmeros momentos, no golpe militar de 64, na elaboração da política educacional, especialmente nos currículos, é a propaganda anticomunista. Seguindo o modelo dessa participação a maneira do Brasil se adequar a esses “favores” em participação era usar como modelo de imposição americana no ensino de História com uma visão de regras de conduta política a favor de o governo militar.

[...] o fazer história realizava-se, no campo da política, numa posição ambígua, pois, se por um lado estava extremamente próximo ao poder dominante, por outro se distanciava e constituía um outro poder que dispunha de estratégias, símbolos e fatos capazes de alterar o jogo das forças políticas. (FONSECA, 2011, p. 25)

A década de 80 viveu uma época contrária dos anos 70 na educação principalmente, surgiram mudanças significativas no ensino de História, transformando os conteúdos de Estudos Sociais de volta para a disciplina História transformando-a autônoma, período de redemocratização do Brasil foi favorável a toda essa situação, o País vivia a partir de então uma luta grande, greves e manifestações populares contra o governo cresciam a cada ano nesta década, e o desejo de mudanças pelo voto direto democrático para presidente do Brasil em 1985.

O currículo da escola sofreu mudanças mesmo com a continuação das disciplinas obrigatórias OSPB e EMC, foram perdendo interesses das escolas até serem condenadas pelos

PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, pois essas disciplinas tinham um “caráter negativo de doutrinação”, a questão seria que poderia sim existir um sentimento de patriotismo e civismo, mas sem exageros como ocorreu durante o regime militar. Essas disciplinas foram extintas nas escolas do Brasil bem com os cursos de licenciatura curta que formava professores polivalentes nos anos noventa.

A década de noventa foi um período de globalização econômica mundial o mundo passa por uma nova organização na educação e as disciplinas obrigatoriamente exigiam mudanças, a nova LDB de 1996, fez parte da modernização do âmbito educacional brasileiro o então Presidente Fernando Henrique Cardoso que tinha adotado uma política neoliberal que gerou mudanças no cenário político e na educação a partir de 1994 com a implantação do sistema de avaliação dos livros didáticos e no ano de 1996 aprovou a reconstrução da LDB com um processo de unificação curricular e de avaliações nacionais em todos os setores da educação, desde mudança da educação infantil ao ensino médio, antes chamado primário, série iniciais, ginásio da quinta à oitava série e os três anos do científico. Através dos PCNs garantia pelo menos uma educação básica de qualidade através de medidas que transformaram todas as disciplinas na educação brasileira dependendo da necessidade de cada Estado ou Município, e incluir cada aluno com sua respectiva idade de acordo com a sua série.

Aos poucos foram sendo alterado o eixo da importância do ensino de História, o primeiro passo foi à substituição dos Estudos Sociais no ensino fundamental, antigo primeiro grau pela disciplina História, que voltaria a serem autônomas como as outras disciplinas, Matemática, Biologia, Geografia..., e ter mais amplo espaço na carga horária das disciplinas no ensino médio, a disciplina História passaria a assumir diferentes espaços para sua construção do saber, os livros didáticos passaria por uma avaliação e a contextualização dos temas em história foram mais aprofundados e mais elaborados na sua construção e transformando os estudantes capazes de pensar e tornar cidadãos críticos e conscientes nesse período.

Capítulo 2. A renovação da disciplina História nas escolas.

2.1 A disciplina História nos anos 80.

A partir da década de 80 a disciplina História passou a ser objeto de estudo de vários pesquisadores principalmente por causa da transição da disciplina Estudos Sociais para a disciplina História, precisava elaborar novo projeto descontextualizá-la da visão que estava associava ao nacionalismo patriótico, cultos aos heróis nacionais e festa cívicas vindos de um sentido ideológico de uma história nacional elaborada para um projeto político à serviço do Governo Federal.

A disciplina História nesse período passava por mudanças teóricas e prática porque já existia um currículo oficial para os livros de História existente desde da década de 60, bem diferente do que estava sendo ensinado e exposto em sala de aula pelos professores nos anos 80, então conseqüentemente teve que haver as mudanças dos pensamentos ideológicos no Brasil que passava de um País ditatorial para um regime democrático. Esse posicionamento deixou os cidadãos mais livres para reivindicar novos projetos sociais que facilitasse o aprendizado e instituísse novos contextos históricos nos livros didáticos de história principalmente.

O processo de transformações nos conteúdos e nos métodos de ensino e aprendizagem na disciplina História foi fundamental para todos os níveis escolares. Nas universidades os eixos temáticos ganharam novos temas e novas fontes de pesquisa até chegar à configuração das propostas curriculares modernizadas.

“o contexto da produção da História escolar é significativo para identificar as relações entre os diversos elementos constituintes da disciplina, ou seja, entre *objetivos, conteúdos explícitos e métodos.*” (BITTENCOURT, 2005, p.60)

A disciplina História continua existir nos currículos mais forte do que no período militar, hoje é um desafio para o professor de história buscar os anseios do saber dos alunos,

mesmo com perguntas básicas como: Para que estudar história? Para onde vai esse conhecimento do passado, que influência tem no presente e para que servem esses conhecimentos no futuro com essa reformulação às pessoas passaram a pensar e se tornarem reais na construção do que é história afinal, e com as reformulações nos textos oficiais dos livros didáticos que multiplicaram. Cada vez mais pesquisadores queriam descobrir algo novo na disciplina de História, novas possibilidades de lecionar algo novo, fez da nova geração dos professores de História aprimorar cada vez seus conhecimentos.

Esse estímulo aos professores foi assegurado a partir de 1985 através de várias propostas dos currículos escolares que teriam sido produzidos pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios do Brasil, e o MEC foi responsável em adaptar os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) na disciplina História.

Com o desenvolvimento das atividades em sala de aula os professores vão encontrar cada vez novas propostas para que seus alunos possam organizar informações que obtiveram através das aulas dos professores, sistematizando as interpretações, absorvendo as teorias, os dados históricos, materiais e propostas que encontre problemas e que seja solucionado pelo professor, e que os alunos levem essas respostas encontradas para novos alunos e cada vez mais identificar novas ações e novas respostas tornando os alunos sujeitos participativos e com um compromisso sério com a disciplina.

Hoje existe uma grande diversidade de formas de ensinar e de aprender História que se consolidou entre a sociedade escolar, várias concepções teóricas, políticas, ideológicas e metodológicas e cabe ao professor nas suas aulas detalhar como são os seus procedimentos didáticos e pedagógicos escolhidos para cada série escolar.

Há, pois, um entendimento explícito e não mais oculto de que a escola não é apenas o “lugar” onde os alunos são alfabetizados ou obtém informações de maneira sistematizada pelas disciplinas escolares, mas também a instituição em que se aprendem conteúdos sociais e culturais associados a comportamentos, valores e ideários políticos. (BITTENCOURT, 2005, p.106)

Ensinar e aprender faz do ofício do professor de História uma arte, hoje o uso das novas fontes do saber histórico é fundamental, tais como: o de filmes em DVD, internet, televisão, jornais, revistas de conteúdos históricos ou não, as revistas em quadrinhos, a imprensa falada, a utilização da música em sala de aula, representações teatrais, torna as aulas de história atualizada, mesmo com temas do passado.

“As atuais gerações convivem com informações obtidas por imagens e sons, e essa situação tem provocado mudanças substantivas na escolarização”
(BITTENCOURT, 2002, p. 107)

Consecutivamente as novas propostas que estão sendo produzidas nos últimos quinze anos no ensino de história não ficaram limitados apenas para refazer as metodologias e práticas de lecionar à disciplina, mas introduzir novas técnicas e métodos e juntos estão sendo reelaborados nos currículos oficiais no meio educacional, incentivando o aluno a acúmulo de informações de história.

2.2 A mudança no currículo escolar.

Segundo Circe Bittencourt as lutas pela reestruturação da disciplina História no período do regime militar foram delimitados em cada fase, nos anos 70 por exemplo, o poder público federal investiu na educação com melhorias para incentivar à volta para escola os alunos que deixarão um processo de evasão muito grande, principalmente os trabalhadores que começaram a ver a escola com outra visão, agora como um lugar social, e não como um lugar de qualificação profissional e seletivo. Mas esse processo foi apenas o começo, porque reestruturar as disciplinas nas escolas, nas universidades exige um acompanhamento e discussões que refletissem as necessidades de ver quais seriam as mudanças que deveriam existir para a sociedade.

Nos anos 80 com abertura da democracia, o processo de redefinição profissional do professor alcançava novos rumos, as lutas dos docentes visando recuperar a dignidade do

trabalho no campo escolar eram existentes. Nesse período a desqualificação por causa dos salários baixos já não valorizava a profissão do professor que queriam ir além da sala de aula, estes queriam participar das elaborações dos currículos escolares de cada disciplina, pois o professor sabe da necessidade real da sala de aula não mais as políticas governamentais.

A necessidade da mudança no currículo escolar começou a ser definido através da mudança na Lei 5.692/71 que caracterizava o ensino propedêutico de segundo grau ao modelo tecnicista pretendidas pelo regime militar, quando tornou compulsoriamente o ensino profissionalizante com intuito de retirar as disciplinas que preparavam para o ingresso no ensino superior e a inclusão de conteúdos específicos que preparava os alunos para uma atividade mais elaborada. O Parecer 860/81 do Conselho Federal da Educação posicionava contra alguns pontos dessa Lei para ratificar as propostas e as críticas das gestões políticas escolares anteriores, a vontade nacional se fez presente através da perseverança da mudança escolar.

O MEC elaborou em outubro de 1982 as alterações em alguns dispositivos da Lei 5692/71 e sancionou a Lei nº 7044 destinado as primeiras mudanças, em primeiro lugar os investimentos escolares passariam para reestruturar o segundo grau (ensino médio hoje), que passaria a ter um investimento social escolar para qualificar novos profissionais nas universidades, o ensino científico não seria um curso técnico de habilitação profissional, com cursos de contabilidade, magistério, etc., nas escolas e sim um critério do estabelecimento do ensino em propor essas novas regras, mas voltado para os exames vestibulares que passariam a ser massificados, porque as seleções dos alunos eram bem visíveis, nesse período os estudantes de escolas particulares vão ser os novos universitários e os estudantes das escolas públicas passariam a ter dificuldade de serem inseridos nos espaços acadêmicos, mas ainda existiam cursos de dois anos de duração que continuava no projeto educacional instituído por Lei na legislação para todos na sociedade.

Uma das conquistas para educação que ganhou força foi a disciplina História ao conquistar a sua autonomia nos anos 80, a disciplina Estudos Sociais não passaria a ser mais uma disciplina dos currículos escolares das escolas de primeiro grau e do ensino científico, (hoje ensino fundamental e médio), e as condições políticas e culturais do Estado antes ditatorial não existiam mais nessa fase no Brasil. Os níveis escolares se aproximarão uns dos outros, o ensino médio e as universidades valorizaram a disciplina História como uma

disciplina eliminatória nos exames dos vestibulares e nas séries de ensino fundamental trouxe uma nova roupagem nas contextualizações e nos livros didáticos que passaram por uma reformulação e uma divisão mais clara para os estudantes de História em todas as séries escolares.

Os avanços das conquistas dos professores não aceitavam mais os pacotes educacionais vindos do governo, que tinha como objetivo transformar a escola no lugar mais lucrativo para cursos de mão-de-obra barata, que era oferecido apenas à noite para os trabalhadores, cursos como contabilidade, o próprio magistério, secretariado enfim, a desqualificação do profissional fazia que os professores exigissem melhorias em toda área escolar. Os investimentos foram alcançados, o ensino médio mudou para qualificar os cidadãos e consecutivamente os professores se engajavam em oferecer um ensino mais elaborado. O poder público no primeiro instante na década de 80 não deixou recursos suficientes para investir no ensino público e em contra partida as escolas privadas conseguiram arrematar uma classe de estudantes mais consciente e a grande desvantagem foi a marginalização da escola pública que só anos mais a frente o governo criou novas condições para investir no ensino gratuito.

Hoje no século XXI o MEC junto da Gerência regional e municipal do ensino quer trazer o alunado para escolas e os transformarem mais qualificados e preparados para exercer sua cidadania com respeito e dignidade. O que estava acontecendo naquela década passada era que só os jovens da classe média e alta era quem entravam nas universidades públicas, pois os investimentos das escolas particulares superavam o ensino das escolas públicas e municipais.

2.3 As práticas da disciplina escolar em ações pedagógicas.

As ações das mudanças pedagógicas são realizadas através dos professores, que são os responsáveis por realizarem os currículos escolares na nova sociedade contemporânea, que se modernizam com as rápidas transformações no mundo do professor, todas as novas estruturas nos avanços tecnológicos são responsáveis pela configuração de incluir a adaptação do meio de informação e comunicação na escola, o momento de desafio para educar as crianças,

jovens e adultos no mundo de hoje cheio de tecnologias avançadas é uma condição fundamental, para evitar a exclusão e evasão pelos educando que não se adequem ao novo sistema moderno, é por isso que a equipe formada por diretores, funcionários, pais e os próprios alunos, querem que os governantes tenham um único objetivo o de enfrentar todas essa mudança com disposições para garantir os novos investimentos na escola, e a permanência de todos na escola sem evasão, por isso a responsabilidade do professor contribuir com sua essas experiência de saberes com seus valores para melhorar a estrutura social e modernizar a estrutura escolar. Todos os professores são essenciais para a construção da nova escola contemporânea.

Através das práticas e as teorias exercidas por este profissional, o educador tem agora a capacidade de decidir de que forma é suficiente para atuar em uma sala de aula, quais recursos utilizarem nas suas práticas pedagógicas, a construção do conhecimento de variados temas que permeiam o grupo das escolas envolvendo vários projetos pedagógico de autonomia, identidade, profissionalismo do educador, os caso de violência social, o termo cultura, os dogmas religiosos, o avanço da internet na escola, todas as ações coletivas e interdisciplinares, os problemas e as soluções da política governamental para escola, enfim vários caminhos a serem percorridos pelo professor e ajustar o seu currículo necessário para cada Estado e Município escolar que se tem que se adequar as escolhas do professor que possui uma natureza pedagógica necessária para a formação humana com processos metodológicos de organização ao transmitir todo o seu saber e colocar em ação em sala de aula.

Cabe ao professor legitimar a sua disciplina no ponto de transformar o saber científico ou tecnológico em saberes que vão passar informação com finalidades suficientes para o seu alunado, a arte de ensinar do professor é que vai montar toda essa estrutura para seu ensino, muitas das vezes é ele quem tem que usar todo seu campo de conhecimento, moral, social e psicológico e colocar em prática a ação coletiva escolar, o professor tem que ir além do seu conhecimento e se apropriar da sala de aula e ministrar a sua aula de forma que surpreenda seu âmbito de conhecimento para os seus educando.

A formação do professor em sala de aula não abrange só conhecimentos elaborados ou já prontos para ser ministrados para seus alunos, ao trabalhar seus conhecimentos de saberes o professor irá produzir em suas pesquisas, um significado teórico que vai gerar resultados para

sua prática pedagógica e descobrir qual a realidade escolar junto com seus alunos, esse processo de investigação é primordial para manter os laços para a formação dos docentes para trabalharem em sala de aula. Através dos alunos que o professor vai saber como realizar seu trabalho educacional.

As teorias e as práticas caminham juntas na educação, e esse processo vai gerar um profissional crítico em seus objetivos e que nem sempre vai alcançar seus ideais escolares nos currículos, pois o professor é o único que pode saber qual é a necessidade da escola em relação ao processo educativo.

Depois de todo esse conhecimento o professor já formado e exercendo seu ofício nas escolas precisa atualizar seus métodos, surgindo a formação continuada para aperfeiçoar os seus conhecimentos em geral, onde o professor depende agora de práticas que já conhece para superar seus conhecimentos e através da formação continuada o professor tem a possibilidade de transformar os seus conhecimentos passados utilizados em sala de aula com os conteúdos e métodos tradicionais por métodos modernizados, é nessa perspectiva que o professor conhece essas novas estruturas do saber escolar.

2.4 Superação dos métodos tradicionais por novos em História.

Nesse tópico discutirei sobre o campo de trabalho do professor na disciplina escolar, e como ela gera o conhecimento escolar para os educadores e os seus educando.

Toda a concepção de disciplina escolar na escola atual tem enfrentado uma crise de identidades, primeiro todos os conteúdos e métodos de ensino pelo quais os alunos de hoje aprendem através de outras mídias, faz com que exista uma necessidade de saber como se constrói uma disciplina historicamente.

Quem vai realizar essa transmissão de conhecimento escolar é o professor utilizado através dos conteúdos escolares científicos a legitimidade as disciplinas escolares. Os conteúdos vêm diretamente da produção científica e o professor vai transpor essa reprodução adequadamente, inserido-a o contexto moderno e ensinar sem perder o foco científico do saber no meio escolar.

Uma ‘boa’ didática tem por objetivo fundamental evitar o distanciamento entre a produção científica e o que deve ser ensinado, além de criar instrumentos metodológicos para transpor o conhecimento científico para escola da forma mais adequada possível. (BITTENCOURT, 2005, p.36)

Para uma disciplina permanecer nos currículos escolares é necessário que ela contribua para uma formação intelectual e cultural e um desenvolvimento crítico com a capacidade de comparação, dedução, criatividade, argumentação e várias habilidades metodológicas e seus objetivos específicos fiquem voltados para as necessidades da escola e a socialização dos alunos, como estes vão se comportar no ambiente coletivo, determinados por normas e horários na escola.

Este vai ser fornecedora de um processo explícito e implícito de desenvolvimento diferente para a formação de uma sociedade seja ela consumista de políticas democráticas ou não. A escola tem que atender a todas as classes sociais e culturais que obedeçam aos objetivos educacionais necessários.

O conteúdo explícito que vão agir na esfera da escola tem a função de desenvolver a seleção dos métodos de aprendizagem e o tempo utilizado em cada disciplina. É nesse contexto explícito dos conteúdos que os novos métodos de ensino vão superar os métodos tradicionais, abrindo um diálogo maior entre professores e alunos, mesmo que técnicas de memorização de exercícios e provas sejam questionadas, porém ainda ensina utilizando essas regras antigas de aprendizagem.

“Exames, provas, argüições teste e entre outras, compõem uma variedade de formas de controlar o que esta sendo ensinado e aprendido”
(BITTENCOURT, 2005, p.44)

As construções das práticas das disciplinas escolares também chegam nas universidades onde as práticas dos professores são diversas, as disciplinas passam a serem mais científicas, os conhecimentos mais elaborados, como fosse produzido num laboratório de conhecimento mais elevado e culturalmente mais válido para os docentes aprendizes.

“A disciplina acadêmica visa formar um profissional: cientista, professor, administrador, técnico, etc.” (BITTENCOURT, 2005, p. 47)

2.5 A escola e o professor.

O professor tem na escola o seu lugar de conhecimento e saberes ele é responsável em transformar o saber a ser ensinado em saber aprendido, num lugar social que é a escola. O profissionalismo em lecionar aulas exige cada vez do professor vários saberes que possam ser característicos e heterogêneos de acordo com a necessidade dos alunos. Cabe ao professor adaptar através dos seus métodos pedagógicos para suas aulas.

Os currículos escolares passam a olhar o professor como peça fundamental para a sua elaboração, porem com regras determinadas pelo Estado. Também compõem essa construção do currículo os técnicos educacionais, intelectuais universitários, até a participação das comunidades escolares, os pais dos alunos, diretores, supervisores, inspetores escolares que muitas das vezes interferem na autonomia do professor fazendo que retroceda nas novas fontes de conhecimentos que poderia acrescentar nos currículos escolares.

Em prática, a ação do professor em sala de aula, mesmo desempenhando um papel importante através dos saberes da formação profissional e dos saberes da experiência, terá seu reconhecimento que é coletivo, por isso, ele tem mais poder para mostrar que é preciso se qualificar e modernizar os cursos de formação para tornar especialistas profissionais que só serão inseridos nas instituições de trabalho privado ou não por meios de concursos públicos, legitimando sua profissão e a partir da sua organização o professor pode exercer seu trabalho e participar direta ou diretamente nos currículos escolares e fortalecer a importância das disciplinas como fonte de qualificar os alunos para exercer sua cidadania cultural.

2.6 As práticas pedagógicas do professor de História em sala de aula.

O professor de História nesses quase vinte anos passados vem se adaptando as transformações surgidas no novo ensino de História. Os temas são mais elaborados e aperfeiçoados com a ajuda das novas tecnologias surgidas como a internet que acelerou os resultados de pesquisas que são compartilhados pelo mundo todo, isso facilita cada vez a inserção de novos contextos nos livros didáticos.

Os livros didáticos são a ponte do professor de História em sala de aula, mas as práticas pedagógicas fazem do conceito de dar aula o grande diferencial em sala de aula, por exemplo um tema histórico como o “a dádiva do rio Nilo” pode ser transformado em uma nova releitura pelo professor, utilizando filmes e achados arqueológicos que comprove a historicidade real dos fatos dos passados, o professor ele não inventa a história, o professor contextualiza uma nova justificativa para os temas tradicionais como “a dádiva do rio Nilo”.

Os conceitos de novas propostas de ensino de história firmaram com a elaboração dos PCNs, realizados e organizados pelo Poder Federal para serem usados em todos os Estados e Municípios do Brasil, com os propósitos de proporcionar aos professores de História uma nova visão para disciplina na década de 60 se esta disciplina era reconhecida como uma prática de propaganda ideológica do Estado, ou seja o Estado Político tinha o poder de ser o mediador dos saberes escolares e o contexto histórico era apenas para exaltar o patriotismo com vultos e datas brasileiras e a nação americana que superava sua soberania mundial no contexto político econômico e social. Durante quase 30 anos, período compreendido pelo regime militar, a seleção dos conhecimentos históricos nos currículos é realizado da forma que não deixe de fora do contexto as tradições escolares na história, de que forma serão utilizados as novas reinterpretações dos conteúdos e métodos históricos para cada série do ensino fundamental, passando pelo ensino médio até chegar aos cursos superiores acadêmicos de Licenciatura e Bacharelado em História.

As renovações curriculares na década de 90 para o ensino de História foi um processo mundial, os modelos da divisão da história continua o Francês decorrente desde reformulação

da Lei de Diretrizes e Bases de 1962, quando foi estabelecido pelo Conselho Federal da Educação composto de História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, para escolas de ensino fundamental e médio e nos ensinos superiores do curso de Licenciatura de História, História da América e História do Brasil. Então é bem possível identificar todas as especificidades das propostas curriculares da disciplina História em todos os diferentes níveis de ensino.

Mas a grande mudança foi na aplicação dos métodos de ensino em transformar a sociedade de modo geral para uma sociedade de conhecimentos. Nos anos noventa, o mundo passava por um processo de configuração mundial com objetivo de impor na sociedade um modelo econômico desenvolvido pela “nova ordem mundial”, essa nova ordem rendeu para educação um processo de dominação em massa do processo capitalista e consumista, gerando até mesmo a exclusão das sociedades que não se adaptasse a esse sistema, as escolas estavam se preparando para educar a sociedade de acordo com as necessidades do mercado mundial.

Para seguir as ordens de mercado mundial, o Brasil teve que ver o mundo mais globalizado e a escola faz parte desse processo que culminou em integrar as camadas populares das escolas próximas as camadas de elite, as disciplinas e seus conteúdos serão os mesmo, tem que caminharem juntos, pois a escola não seria mais um lugar de transmissão de conteúdos e sim dar os conteúdos um significado de informações para as instituições que incentivam os alunos aprenderem conteúdos sociais e culturais voltados aos comportamentos com valores sociais e críticos, essas são as chamadas os “conteúdos escolares” composto nos currículos escolares a partir da década de 90.

Uma novidade acessível aos estudantes com a inserção das novas tecnologias na virada do milênio, século XXI, foi à transmissão de informação de massa, as novas gerações de estudantes, crianças, jovens e adultos convivem a cultura de imagem, isto é, o acesso de informações vindos da televisão e computadores e os novos suportes eletrônicos com acesso á internet, provocam reações da necessidade dos professores utilizarem como fontes integrantes dos conteúdos escolares, os livros didáticos e com outros instrumentos escritos concorrem com as imagens geradas pelos novos meios de informações. Os professores agora lecionam com suportes voltados para as novas tecnologias, o uso de notícia televisivo, acesso os sites

de internet nos tablet, celulares, notebooks, etc., levam cada vez o aperfeiçoamento para esses estudos que revelam novas formas de conhecimentos utilizando da alternância entre a oralidade, os sons e o visual, deixando a linguagem escrita em segundo plano quando usam esses instrumentos tecnológicos.

As transformações tecnológicas tem afetados todas as formas de comunicação e introduzido novos referenciais para a produção do conhecimento, e tal constatação interfere em qualquer proposta de mudança dos métodos de ensino. (BITTENCOURT, 2005, p. 106)

Um deslize ao incentivar o uso das novas tecnologias pode tornar um educando um pouco receoso em transformar algo que viu na televisão ou internet como um fato histórico, que passa a ser um objeto de estudo, evitando assim um fato histórico da mídia virtual ou televisiva em um ensino alienado ou apenas como fonte de informação, então todo cuidado é pouco para o professor utilizar os meios de regras da nova tecnologia nos conteúdos escolares, ele pode ser usado sim pois é uma tendência do mundial, mesmo que haja o processo ainda hoje de exclusão escolar, pois existem muitas escolas públicas que não tem acesso aos meios tecnológicos virtuais, alunos e professores também não tem acesso, atrapalhando um pouco o processo de transformação, mas mesmo assim professores querem inserir nos currículos de ensino os suportes tecnológicos pedagógicos nas escolas públicas, porque o mercado necessita adaptar toda a sociedade na cultura de massa tecnológica.

2.7 A História a serviço da cidadania.

Nas propostas curriculares do ensino de História tem uma grande atribuição de formar um cidadão crítico de acordo com os PCN de História e a Lei 9.394/96 da LDB, informa que a preocupação com os conteúdos históricos estejam voltados para o exercício da cidadania dos educando, articulando a formação dos estudantes para esse processo com o uso dos domínios de informações que os torna um ser crítico na sociedade.

O estudo da disciplina História não se limita mais ao contexto de estudar história para compreender o presente e criar projetos para os futuros, às propostas dos currículos servia para legitimar o passado do estado-nação e desenvolver um senso do espírito patriótico nacionalista, hoje se volta para a contribuição da sociedade de aperfeiçoar os domínios de aprendizagem do ensino que não se limite ao aluno saber nomes de pessoas, vultos históricos ou fatos ocorridos em um determinado tempo e espaço. Hoje a construção da constituição da disciplina é a formação do cidadão político na sociedade, que leva para as explicações sobre como o tornar um cidadão, e afirma que nessa sociedade vive indivíduos que tem um presente cheios de violência, desemprego, greves, que recebem constantemente informações instantâneas do Brasil e do Mundo, conflitos sociais, interesses políticos e a sociedade precisando ser renovada cada vez com tantas decepções econômicas.

Nesse contexto o uso da disciplina alerta para um processo de reflexão sobre todos esses acontecimentos ditos no parágrafo anterior. O estudante vai saber como estabelecer essas ligações sociais e culturais de maneira que não o leve a um processo revolucionário? Para solução de problemas, mas sim, encontrar uma solução pacífica em alguns casos. Essas metas de entendimento para a formação do pensamento crítico e analítico e as posturas críticas dos estudantes são bastante necessárias para a modernização da disciplina História, porque as pessoas precisam de atuações criativas para a manutenção dos estágios de desenvolvimento tecnológico urbano como uma necessidade de criar uma escola justa e moderna.

Através do ensino de história os cidadãos perceberam que nos libertamos do tempo presente diante dos fatos históricos e vejamos que a cidadania não se constituiu em só direitos concedidos pelo poder maior da nação, mas que precisamos entender que as lutas constantes em suas diversas dimensões sociais e culturais podem gerar um resultado positivo na construção do ser estudante crítico.

Esse sentido de formar o pensamento crítico do aluno para a compreensão da realidade em que vive e transformá-la é, assim, um objetivo político possível de ser inserido em várias situações e condições. (BITTENCOURT, 1997, p.21)

A idéia de construção da cidadania em História é uma luta dos professores que sabem da importância da cidadania social e cultural, não só a cidadania política das concepções democráticas da nova ordem mundial que tem o papel maior de destaque nos currículos mas, inserir uma visão sobre os conceitos de cidadão político social e cultural o caminho ainda é grande para ser preenchidos de todas as formas da necessidade da sociedade escolar. Os movimentos sociais de lutas de classes abrem a porta para governantes na área da educação perceber que a sociedade tem dificuldade em ter espaço para conseguir os seus objetivos e a disciplina História tem por finalidade aprofundar e legitimar a importância dessa cidadania popular e dar um sentido político do papel da cidadania para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ser professor é uma arte constante de conhecimentos e as práticas de ensinar história é um exercício mutável, onde o professor torna o fazer histórico em um objeto de valor e o colocar em ação na sua prática em sala de aula. As pessoas, os alunos, os pais, diretores, todos mudam com o passar do tempo e fazer com que uma disciplina faça romper fronteiras do passado e colocar em prática no presente é umas das conquistas com lutas com acertos e erros da classe docente.

O passado faz parte de uma construção de informações realizadas através de pesquisas em vários tipos de fontes, e quem faz esse recorte escolhe e posiciona a organizar os temas que narram esses fatos é o professor, é ele quem vai dialogar com o passado e transformar o presente. A releitura dos temas historiográficos é uma luta constante para aperfeiçoar os currículos no século XXI, onde as políticas neoliberais impuseram um sistema capitalista que não vê a educação como atividade lucrativa e com isso vem diminuindo recursos financeiros que atrapalhavam o andamento do sistema educacional que ao longo do período militar já estava com sinais desgastados. Com a implantação do sistema democrático os sindicatos lutam por melhorias nas condições do salário dos professores e reformas nas instituições escolares, o foco educacional mudou o sentido, mas mesmo assim o governo não investia em melhorias no sistema educacional. Tais investimentos foram de imediato, houve reflexões para essas mudanças, e uma das primeiras mudanças foi aperfeiçoando da estrutura com Medidas e Leis para valorizar o sistema educacional. A constituição de 1988 revigorava atenção ao sistema educacional com o papel de exercício da cidadania para a qualificação no trabalho, mas não bastava só está na constituição de 1988 para educação melhorar o sistema, mas com as reformas das Leis de Diretrizes e Bases em 1996 e os PCNs reajustou todo o modelo educacional implantado nos anos 90.

As escolas mudaram a sua direção surgindo os novos aparatos tecnológicos e a disciplina História teve que reconstruir seus significados, o professor de História viu a evolução de sua formação ao período militar com a substituição da disciplina História, por Estudos Sociais, OSPB, EMC. A década de 80 se caracterizou pelo processo democrático a

volta da disciplina História autônoma nas escolas de ensino básico e médio. Para enfrentar a concorrência do atual contexto histórico como sites virtuais, os professores utilizam diversas formas para adaptar ao novo sistema educacional que exige que os professores tenham conhecimento das novas tecnologias em sala de aula, mas será que os recursos modernos usados em sala de aula como filmes, data shows, tablets, etc. pode atrair mais atenção dos alunos do que o uso do lápis e lousa em sala ?

O papel do professor é estabelecer as informações do patrimônio cultural da humanidade com as necessidades real de cada instituição escolar. Se a escola não tem recursos tecnológicos, o professor tem o álibi de ministrar sua aula com poucos recursos pedagógicos, e fazer sim uma boa aula, e se o professor tem acesso aos recursos tecnológicos que seja bem vindo para os estudantes que anseiam uma aula cada vez mais moderna, dentro de um contexto histórico, bem próximo do real do passado, imaginar uma aula de história com filmes em terceira dimensão sobre o período do Brasil Colônia?!, As construções dos engenhos, o processo de mudança da sociedade brasileira, o trabalho escravo indígena e africano será um avanço grande para a importância da nossa disciplina.

Um bom professor requer que sua disciplina seja sempre revalorizada e sabe muito bem que como formadores de opinião temos as responsabilidades social na escola de construirmos pessoas para o exercício da cidadania como diz a Lei 9394/96. Por isso estamos sempre pronto em auxiliar os alunos para compreender que as informações das mídias virtuais, televisiva e impresso só serão transformados em conhecimentos se organizada pelo bom professor, que tem que ter conteúdos de variados temas históricos, para corrigir falhas ou falta de alguma informação nos livros didáticos. O bom professor reconhece que mesmo sendo mal remunerado, mesmo não tendo tempo suficiente, pois trabalham os três expedientes para preparar uma boa aula, ele se faz presente ao seu compromisso junto ao alunado, mesmo se as condições de trabalho são precárias, ele busca essas melhorias realizando lutas em prol da sua classe, se o Estado não cumpre a sua parte, o bom professor realiza movimentos com sindicatos e realizam greves e protestos para chamar a atenção dos governantes. Esse é o retrato do bom professor que diálogo com o patrimônio cultural da humanidade em todo seu acervo sociocultural na sua disciplina e faz do seu educando seu companheiro em sala de aula e desenvolve o velho espírito crítico aos seus alunos em suas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008.

BRADUEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARVALHO, Francisco Moreno de. *Ensino e aprendizagem em História da ciência e da tecnologia para o ensino médio e profissional*. Brasília, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas-SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas-SP: Papirus, 1993.

KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.

LE GOF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO: LEI N° 9.394, DE 20/12/1996

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. História: Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.